Despacho n.º 10041/2018

Considerando que o Depósito de Munições NATO de Lisboa (DMNL) é uma infraestrutura NATO ativa cuja finalidade é o cumprimento da missão militar da Aliança Atlântica;

Considerando que o DMNL, afeto ao Ministério da Defesa Nacional, em utilização pela Marinha, integra o domínio público militar;

Considerando que o Decreto n.º 27/2017, de 14 de agosto, dispõe que a zona confinante com o DMNL fica sujeita a servidão militar definida nos termos do mesmo diploma, com o objetivo principal de garantir a segurança de pessoas e bens em face da missão específica daquela instituição, nomeadamente, o armazenamento ou inativação de explosivos de grande capacidade;

Considerando que, ao abrigo do Decreto n.º 27/2017, de 14 de agosto, a entidade militar competente para o efeito levantou o correspondente «Auto de Notícia n.º 13» com a data de 29 de agosto de 2018, no seguimento de ações de fiscalização na zona de servidão militar do DMNL, dando notícia da realização de obras para a construção de um muro, junto da posição com as coordenadas 38°33'58.21"N/9°6'49.40"W (coordenadas Google Earth), freguesia de Fernão Ferro, concelho do Seixal, sem autorização da autoridade militar competente;

Considerando que as servidões militares e outras restrições de interesse militar ou de interesse para a defesa nacional têm por fins, entre outros, garantir a segurança das instalações militares, a segurança das pessoas e bens nas zonas confinantes com essas instalações, bem como permitir às forças armadas a execução das missões que lhes competem, no exercício da sua atividade normal ou dentro dos planos de operações militares;

Considerando que se verificou o incumprimento por parte do dono da obra/proprietário, a qual foi efetuada sem a respetiva licença da autoridade militar competente, nos termos do Decreto-Lei n.º 45 986, de 22 de outubro de 1964, pelo que deverá ser objeto de embargo e, sendo o caso, de demolição e aplicação das multas pelas infrações verificadas;

Considerando que, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 5.º e no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto n.º 27/2017, de 14 de agosto, é da competência do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional ordenar a cessação de atividades, embargar ou demolir construções, em zona de servidão militar;

Nestes termos e de acordo com o disposto na Lei n.º 2078, de 11 de julho de 1955, e do Decreto-Lei n.º 45 986, de 22 de outubro de 1964, determino:

a) O embargo, pela Marinha, da obra referente à realização de obras para a construção de um muro em zona de servidão militar do DMNL, situada na freguesia de Fernão Ferro, concelho do Seixal, na posição georreferenciada 38°33'58.21"N/9°6'49.40"W, sem a respetiva licença da autoridade militar competente;

b) Que se informe o dono da obra/proprietário que, em caso de incumprimento, incorrerá em crime de desobediência pela violação da ordem de embargo;

c) Que se notifique o dono da obra/proprietário, em caso de incumprimento, poderá sujeitar-se à posse administrativa, por parte do Ministério da Defesa Nacional, através da Marinha, para a execução de demolição e à fixação do competente regime sancionatório pela Marinha, sendo o dono da obra/proprietário responsável pelo pagamento dos encargos devidos.

10 de outubro de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes*.

311727612

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional**Despacho n.º 10042/2018**

A dispersão do regime atualmente aplicável aos serviços prestados pelos órgãos e serviços da Autoridade Marítima Nacional (AMN), sua cobrança e distribuição, constitui fundamento bastante para que se procure uniformizar o quadro legal existente, tornando-o mais simples e apreensível na sua estrutura conceptual e execução, tomando como pressuposto que na sua base está o exercício da autoridade marítima, face à amplitude de atividades que desenvolve, à vastidão e especificidade dos atos técnicos, de salvaguarda e assistência e de polícia que são realizados, o que obriga a um empenhamento e a uma disponibilidade permanente do pessoal militar, militarizado e civil que exerce funções em âmbito da AMN.

A realidade específica do universo marítimo e das várias atividades portuárias e náuticas, e os moldes em que estas se exercem na prática, exige e envolve, com elevada frequência e até rotina, a prestação de atos públicos, técnicos, técnico-administrativos característicos das Repartições Marítimas (RM) e próprios de conservatória, de fiscalização e de polícia, a navios, embarcações, tripulações, bem como outros realizados perante situações em que o empenhamento dos órgãos e serviços da AMN se torna urgente, permanente e prioritário, como

constituem exemplos os acontecimentos de mar, os sinistros marítimos com ou sem ocorrências de poluição agregadas, as visitas a bordo de navios de bandeira não nacional, ou situações extremas que envolvem o salvamento marítimo e o socorro a naufragos e a contenção de derrames extremamente danosos para o meio marinho, exemplos que identificam bem os quadros de acrescida exigência funcional e das condições adversas em que aquele serviço público é prestado às comunidades piscatórias, mercantis, náutico-desportivas e utentes dos espaços balneares.

De facto, as condições morfológicamente periféricas em que muitos dos órgãos da AMN se localizam, as condições de salubridade das situações relativas a vistorias dos produtos e substâncias perigosas e outras respeitantes ao combate à poluição, a penosidade resultante do trabalho exercido nos períodos noturno e de descanso semanal e, inclusive, o risco de vida que determinadas intervenções de socorro e assistência impõem, constituem situações que refletem o exigente quadro funcional inerente ao exercício da autoridade marítima, existindo, notoriamente, uma prestação funcional do pessoal que exerce funções na AMN com um perfil de exigência com reconhecida especificidade.

Em todos os âmbitos de intervenção da AMN, além da necessidade de disponibilidade permanente do pessoal com diferente formação de base, diversa preparação técnica e qualificações específicas para determinadas funções, durante 24 horas por dia, 365 dias por ano, releva-se a necessidade do Estado dispor de uma estrutura multifuncional de serviço público que, uniformemente, sob a hierarquia institucional superior de uma mesma entidade — a AMN —, assegure um serviço público essencial em todo o espaço marítimo sob soberania e jurisdição nacional, nas parcelas de terreno do domínio público marítimo, bem como em espaços portuários e em zonas balneares. Esta estrutura hierárquica está construída de modo a que, de forma ágil e eficiente, exista um apoio técnico, jurídico e financeiro permanente do órgão central, e suas direções, aos órgãos e comandos regionais e locais, o que impõe, em termos de rotina, deslocação e afetação de pessoal.

Sustentando tal serviço público nos quadros de pessoal da Marinha e no apoio material que disponibiliza aos órgãos e serviços da AMN, o Estado assegura uma intervenção que é racional e otimizadora dos recursos económicos existentes, garantindo, igualmente, que no seu exercício não haja acréscimos remuneratórios baseados em mecanismos retributivos de exceção como sejam outros suplementos auferidos em função de situações específicas, os quais onerariam de forma significativa o erário público.

Quanto ao modelo pensado e agora definido, fundamentado na centralização e consolidação das receitas obtidas pelos serviços prestados, e como fator corretivo que equilibra o conceito de distribuição, foram estabelecidos dois níveis diferentes criados numa lógica funcional em função da responsabilidade institucional dos vários órgãos e serviços da estrutura central e da estrutura desconcentrada da Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM), e do respetivo contributo para o processo na realização e prestação dos serviços cuja execução a lei comete aos órgãos e serviços da AMN.

Assim, encontrados novos índices de distribuição, e considerando, também, o grau de complexidade funcional dos respetivos postos e categorias profissionais de todos os servidores da AMN, e bem assim atenta a nova configuração de carreiras da Administração Pública, torna-se necessário corrigir a base das premissas estabelecidas pelo regime de 2002.

Permite-se, ainda, tornar o sistema distributivo mais consonante com a compensação do pessoal que, em âmbito funcional do assinalamento marítimo e do salvamento, socorro e assistência marítima, exerce funções no âmbito dos órgãos locais da Direção-Geral da Autoridade Marítima, concretizando-se, assim, um modelo tendencialmente mais justo e equitativo entre todos os servidores da AMN.

Assim, nos termos estabelecidos no artigo 2.º da Portaria n.º 506/2018, de 2 de outubro, que aprova o Regulamento de Serviços Prestados pelos Órgãos e Serviços da Autoridade Marítima Nacional (REPSAMN), determino:

1 — O pessoal militar, militarizado e civil que se encontre a prestar serviço nos órgãos e serviços da Autoridade Marítima Nacional (AMN), e que exerça funções nos serviços centrais e direções técnicas, nos órgãos regionais e locais da DGAM, no Comando-Geral da Polícia Marítima (CGPM) e restantes Comandos da Polícia Marítima (PM), em serviço operacional de combate à poluição do mar por hidrocarbonetos, nas Estações Salva-Vidas e nos Faróis, tem direito, nas condições e termos estabelecidos no presente diploma, a auferir verbas a título de compensações de pessoal enquanto o exercício efetivo da prestação funcional na AMN se verificar.

2 — Não auferem aquelas verbas o pessoal que:

a) Se encontrar a frequentar estágios, tirocínios ou outras ações de formação com duração superior a 30 dias, seguidos ou interpolados, em cada ano civil, e que impliquem destacamento para a instituição de formação, inviabilizando o exercício efetivo de funções no respetivo órgão ou serviço;

b) Por razões de doença ou acidente que não tenham comprovadamente tido origem em serviço, ou por motivo dele, não se encontre no exercício efetivo de funções, pelos dias que durar a situação;

c) Se encontre em situação de dias de falta justificada ao abrigo do regime do estatuto de trabalhador estudante, a partir da sétima falta por semestre de ano civil;

d) Se encontre no gozo de licença de maternidade ou parentalidade, ou outras faltas abrangidas por regime de proteção social que estabeleça a atribuição de um subsídio;

e) Se encontre em outras situações de falta justificada a partir do décimo dia de falta por ano, seguido ou interpolado;

f) Se encontre em situação de falta injustificada, ou a justificação não lhe seja aceite, pelos dias correspondentes.

3 — A auferição de verbas a título de compensações de pessoal não é acumulável com os acréscimos remuneratórios relativos à prestação de trabalho por turnos, em serviço de piquetes, serviço prestado em horário noturno ou compensação de trabalho suplementar.

4 — Os montantes destinados a compensações do pessoal dividem-se nas componentes fixa e variável, reguladas nos termos do presente diploma.

5 — As importâncias a receber, mensalmente, pelo pessoal, não poderão exceder:

a) Para pessoal militar, militarizado e pessoal da PM — 70 % da respetiva remuneração base;

b) Para o pessoal civil — 85 % da respetiva remuneração base.

6 — Para efeitos da determinação do limite referidos no número anterior, a remuneração dos funcionários civis que exerçam a função de escrivão é a correspondente à 3.ª posição remuneratória de coordenador técnico.

7 — As verbas da componente fixa são processadas aos militares, pessoal da PM, militarizados e civis, sendo fixadas em termos percentuais em observância dos limites e de acordo com os coeficientes e escalões estabelecidos no quadro das competências dos órgãos e serviços da AMN, em função do grau de responsabilidade e de complexidade funcional dos respetivos postos e categorias profissionais, atentas, ainda, as características e exigências funcionais específicas de determinados cargos no âmbito dos órgãos e comandos locais, conforme se define no anexo I ao presente Despacho, e que dele faz parte integrante.

8 — Aos subchefes da PM e aos agentes da PM afetos ao Grupo de Operações Táticas, ao Grupo de Mergulho Forense, à Investigação Criminal e bem assim aos que estejam em funções de fiscalização no mar é-lhes acrescido mais 0,5 ao coeficiente que funcionalmente lhes está definido.

9 — As compensações ao pessoal são processadas mensalmente e sobre elas incidem os descontos obrigatórios legalmente definidos.

10 — Os índices de distribuição definidos no anexo II do presente Despacho, e que dele faz parte integrante, são estabelecidos em função da preponderância institucional e da ponderação da atividade dos vários órgãos e serviços da estrutura central e da estrutura desconcentrada da DGAM, e do respetivo contributo no processo da realização e prestação dos serviços que a lei comete aos órgãos e serviços da AMN.

11 — No processamento mensal efetuado, o pessoal integrante das carreiras de tripulantes salva-vidas (TESV) e de faroleiros não pode auferir montante superior ao que será recebido pelos 2.ºs comandantes locais.

12 — O pessoal que, voluntariamente ou pela natureza específica do serviço que exerça ou do ato requerido, não execute serviços fora do período de atendimento, auferirá uma compensação correspondente até três escalões imediatamente inferiores aos do respetivo cargo, posto ou categoria, a definir pelo capitão do porto e comandante local da PM.

13 — A forma de prestação funcional e de afetação aos órgãos locais de pessoal dos serviços centrais é estabelecida por despacho do diretor-geral da Autoridade Marítima.

14 — As verbas reguladas no presente diploma são processadas e liquidadas com recurso a verbas provenientes de parte das taxas cobradas pelos órgãos e serviços da AMN, tal como definidas e reguladas em diploma próprio, devidamente inscritas no orçamento de despesa com compensação em receita da DGAM.

15 — O montante remanescente resultante da aplicação das regras definidas no presente diploma quanto a verbas destinadas ao pessoal reverte, integralmente, para o orçamento da DGAM destinado ao reforço de verbas a aplicar no funcionamento e investimento nos seus órgãos e serviços.

16 — Do montante total destinado a pessoal, 15 % destinam-se a compensar, em exclusivo, o pessoal da PM e da carreira de TESV que, no âmbito dos serviços de polícia e da atividade de socorro e assistência, não estando ao serviço, execute os serviços identificados no REPSAMN que, nas respetivas áreas, sejam solicitados ou requisitados aos órgãos

e comandos locais ou por estes realizados em apoio às comunidades locais, segundo modelo a estabelecer pelo mecanismo previsto no n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 506/2018, de 2 de outubro.

17 — As verbas referidas no número anterior constituem a componente variável da compensação destas carreiras, e são distribuídas em função do empenhamento por hora do elemento que realizou o serviço, com base em informação mensal circunstanciada comunicada à DGAM e CGPM pelo capitão do porto e comandante local da PM.

18 — As situações que requeiram especificações regulamentares relativamente a aspetos resultantes da aplicação do disposto no presente Despacho serão estabelecidas por despacho do diretor-geral da Autoridade Marítima.

19 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, é revogado o Despacho n.º 8619/2002, de 28 de março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 29 de abril de 2002.

20 — O presente Despacho entra em vigor:

a) A 1 de janeiro de 2020 para o pessoal que atualmente auferir verbas a título de compensações de pessoal, aplicando-se-lhes de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 o critério baseado nos padrões de auferição de 2018 a definir por despacho do diretor-geral da Autoridade Marítima e comandante-geral da Polícia Marítima;

b) A 1 de janeiro de 2019 para o pessoal que exerce funções no Instituto de Socorros a Náufragos (ISN), na Direção de Faróis (DF), nas Estações Salva-Vidas e nos Faróis, sendo os limites de compensação estabelecidos por despacho do diretor-geral da Autoridade Marítima.

9 de outubro de 2018. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

ANEXO I

Estrutura Desconcentrada

Funções	Coeficiente
Chefe de Departamento Marítimo, se oficial general	7,5
Capitão do Porto, se Chefe de Departamento	
Capitão do Porto	6,5
Escrivão	5
Patrão Mor	
2.º Comandante Regional da PM	
2.º Comandante Local da PM	
Inspetor e subinspetor PM	
Adjunto do Capitão do Porto	
Adjunto do chefe de Departamento Marítimo	4
Oficial subalterno	
Chefe PM	3,5
Subchefe da PM	
Agentes da PM	3
Chefe de Farol	
Patrão e Sota-Patrão em funções de chefe de ESV	
Outros peritos	
Funcionários civis (Capitanias e Departamentos)	2
Sargentos e equiparados	
Praças e equiparados	1,5
Outro pessoal TESV	
Agentes estagiários PM (quando em estágio CFA)	0,5
TESV (quando em período experimental)	
Assistentes operacionais	

Estrutura Central

Funções/Postos/Categorias	Coeficiente
Chefe do Gabinete	6
Diretores (DGAM e CGPM)	
Capitães-de-mar-e-guerra	
Técnicos Superiores (8.ª a 14.ª posição remuneratória)	

Funções/Postos/Categorias	Coeficiente
Chefes de divisão (DGAM e CGPM) Diretores de Núcleo de Formação da EAM Capitães-de-fragata e capitães-tenentes Inspetores PM Técnicos Superiores (4.ª a 7.ª posição remuneratória)	5
Primeiros-tenentes Subinspetores e chefes PM Sargentos-mores Técnicos superiores (1.ª a 3.ª posição remuneratória)	4
Outros oficiais subalternos e aspirantes a oficial Sargentos-chefes Faroleiros-chefes e faroleiros técnicos-chefes Patrões TESV Coordenadores técnicos Assistentes técnicos (7.ª a 12.ª posição remuneratória)	3,5
Sargentos-ajudantes e militarizados equiparados Subchefes PM Faroleiros-subchefes e faroleiros técnicos-subchefes Assistentes técnicos (1.ª a 6.ª posição remuneratória)	3
Outros sargentos e militarizados equiparados Agentes de 1.ª e 2.ª classe PM Faroleiros e faroleiros técnicos de 1.ª e 2.ª classe Sota-patrões TESV Cabos-mores Encarregados operacionais	2
Cabos e militarizados equiparados Agentes 3.ª Classe PM Faroleiros e faroleiros técnicos de 3.ª classe Marinheiros TESV	1,5
Assistentes operacionais Outras praças e militarizados equiparados Faroleiros auxiliares após fim do curso	1

ANEXO II

Índices por Estrutura

Tipo de estrutura	Órgãos	Coeficientes
Desconcentrada	Capitanias dos Portos Delegações Marítimas	5
	Departamentos Marítimos Estações Salva-Vidas Faróis	2,5
Central	DGAM CGPM DF ISN EAM DCPM	1

311727645

Instituto da Defesa Nacional

Louvor n.º 435/2018

Louvo o Tenente-Coronel TMMEL, NIP 063752-B, José Maria da Costa Ribeiro, pela forma particularmente dedicada, muito competente e altamente prestigiante como exerceu, ao longo dos últimos oito anos, as funções de Chefe do Núcleo de Planeamento no Instituto da Defesa Nacional (IDN).

Possuidor de notáveis qualidades pessoais e profissionais, de que se destacam os extraordinários dotes de caráter, sólida formação humana, esmerado sentido ético e elevado sentido de responsabilidade, o Tenente-Coronel José Ribeiro desempenhou com notável proficiência todas as funções que lhe foram atribuídas, afirmando-se como um muito valioso colaborador da direção do Instituto da Defesa Nacional e uma grande mais-valia para a prossecução dos seus objetivos.

Oficial dotado de elevado sentido do dever, espírito de missão e capacidade de planeamento e organização, desenvolveu um trabalho de muito elevado mérito e de grande eficiência no planeamento, programação, coordenação e divulgação dos cursos e estágios ministrados no Instituto, bem como nas atividades de sensibilização e divulgação públicas, viagens e visitas de estudo.

No âmbito das tarefas associadas aos instrumentos de gestão do IDN, deu sempre um contributo de extraordinária relevância na elaboração dos Planos de Atividades e na programação anual das iniciativas, projetos e atividades deles decorrentes, introduzindo métodos e processos inovadores que se revelaram da maior valia para uma rigorosa e eficiente monitorização e execução dos Planos, e, consequentemente, para a consecução dos objetivos estratégicos e operacionais neles fixados.

Com o seu espírito empreendedor e cooperante, teve igualmente uma ação muito relevante e eficaz no processamento das candidaturas aos cursos ministrados no IDN, bem como na organização e acompanhamento dos processos de seleção dos candidatos e na planificação e programação dos atos públicos de defesa dos Trabalhos de Investigação Final dos auditores dos Cursos de Defesa Nacional. Ao mesmo tempo, demonstrou sempre grande espírito de iniciativa e pro-atividade na execução das atribuições a seu cargo, associadas à realização das iniciativas de sensibilização e divulgação do IDN, designadamente seminários, mesas redondas, colóquios e conferências.

Merece ainda uma especial referência, a forma exemplar como se empenhou na planificação, programação e acompanhamento das visitas de estudo dos vários cursos, com destaque para as relacionadas com os Cursos de Defesa Nacional.

Ao seu notável desempenho e elevada competência técnico-profissional, o Tenente-Coronel José Ribeiro associou sempre uma irrepreensível conduta e postura como militar, excecional sentido de missão, lealdade, disponibilidade e sentido de camaradagem, revelados igualmente na forma exemplar como estabeleceu o seu relacionamento pessoal com todos os elementos do Instituto.

Pelas suas muito relevantes qualidades e virtudes militares, morais e pessoais, e pela forma altamente empenhada e eficiente como desempenhou as suas funções e prestigiou o Instituto da Defesa Nacional, é o Tenente-Coronel José Ribeiro merecedor de que os serviços por si prestados sejam considerados relevantes e de muito elevado mérito.

25 de setembro de 2018. — O Diretor-Geral, *Vitor Daniel Rodrigues Viana*, Major-General.

31173233

Estado-Maior-General das Forças Armadas

Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

Despacho n.º 10043/2018

Processo disciplinar — Notificação da sanção de despedimento disciplinar

Nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e no n.º 1 do artigo 222.º e 223.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, notifica-se Maria Isabel da Silva Cardoso, Assistente Operacional do mapa de pessoal civil do Hospital das Forças Armadas, que na sequência de processo disciplinar e por despacho do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, de 11 de outubro de 2018, foi-lhe aplicada a sanção de despedimento disciplinar de acordo com o previsto nos n.º 1, 2 e alínea *g*) do n.º 3 do artigo 297.º da LTFP.

11 de outubro de 2018. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *António Silva Ribeiro*, Almirante.

311731954

Marinha

Superintendência do Pessoal

Despacho n.º 10044/2018

Manda o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 72.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio), após despacho conjunto n.º 9684/2017, de 25 de outubro, do Ministro